

ESCLARECIMENTOS — E outras interferências, teria havido? “Não”, diz a Globo. De qualquer forma, a partir do segundo capítulo, transmitido na última terça-feira, o público telespectador — estimado em 1,1 milhão de pessoas no Rio de Janeiro, cerca de 2 milhões em São Paulo, de acordo com as pesquisas do Ibope — ouviu alguns esclarecimentos da Globo, em forma de editorial. “As cenas de ‘Holocausto’ pertencem a uma época em que o povo alemão foi dominado por uma minoria de fanáticos”, leu um locutor. “Hoje, a Alemanha, na totalidade de seus filhos, vive na mais completa integração racial, com generalizado sentimento de repugnância e veemente condenação ao bárbaro procedimento de Hitler e seus asseclas para com o povo judeu.”

A embaixada da República Federal da Alemanha, em Brasília, preferiu não analisar esses comentários, limitando-se a distribuir cópias de um discurso do chanceler Helmut Schmidt feito recentemente numa sinagoga de Colônia, com generalizadas condenações ao genocídio. E, dentro da embaixada, ninguém quis abordar os aspectos mais políticos de “Holocausto” — com exceção de um adido, que o definiu para VEJA, secamente, como “um filme comercial produzido nos Estados Unidos”.

PROTESTOS — Já o embaixador da Polônia no Brasil, Jan Kinast, preferiu tomar atitudes específicas. Ele pediu à direção da Globo em Brasília que fossem cortadas cenas em que soldados poloneses participam, ao lado de tropas alemãs, da execução de judeus. Para o embaixador Kinast, as imagens seriam “historicamente falsas e caluniosas à honra do soldado polonês, o primeiro a lutar contra os nazistas na II Guerra Mundial”. A Globo, no entanto, respondeu-lhe que, por cláusula contratual, são proibidos expressamente cortes nos seriados, “exceto os feitos pela censura do país”.

Seja como for, parece inegável a força do filme como denúncia de um período tenebroso da História da humanidade — e no Brasil, onde em geral se prefere deixar em silêncio a delicada questão do anti-semitismo, era inevitável que “Holocausto” despertasse reações, sobretudo entre os judeus. Para o presidente da Federação Israelita do Rio de Janeiro, Eliezer Burlá, a série é positiva. “Falar de suas imperfeições históricas é pouco importante quando se apresenta, trinta anos depois, o horror do nazismo”, diz ele. Conhecido

por suas posições liberais, o rabino da Congregação Israelita Paulista, Henry Sobel, vai mais adiante. “Dos 18 milhões de seres humanos assassinados pelos nazistas, 6 milhões eram judeus, mas cerca de 12 milhões não o eram”, lembra ele. “Parece, então, que somente o povo judeu se preocupa em perpetuar a memória das vítimas e recordar o holocausto.”

SEQÜESTRO

Onde estarão?

Uruguaios desaparecem em Porto Alegre

O som de uma televisão, ligada a meio volume, dava a impressão de que tudo estava normal dentro do apartamento 110, bloco 3, do número 621 na rua Botafogo, no bairro humilde de Menino Deus, em Porto Alegre, na tarde do último dia 17. À porta estavam os jornalistas Luís Cláudio Cunha, chefe da sucursal de VEJA, e o fotógrafo JB Scalco — avisados por um telefonema anônimo de que os moradores do apartamento 110 eram mantidos presos desde a semana anterior, eles foram até o prédio, tocaram a campainha e esperaram que atendessem ao chamado. Expressão de terror no rosto, Lilián Celiberti Rosas de Casariego, 30 anos, refugiada política uruguaia, abriu a porta. “Sí”, balbuciou, lá morava o exilado uruguaio Universindo Rodríguez Díaz. Mas não teve tempo de dizer quem era. Quando a pergunta foi feita, a porta abriu-se totalmente e apareceram dois homens, cada um apontando um revólver entre os olhos dos jornalistas.

Braços levantados, Cunha e Scalco foram empurrados para dentro da sala, escurecida pelas persianas baixadas, enquanto a moça era levada para outro cômodo. Na sala, três outros homens — de roupa esporte, sem máscaras e também armados — assistiram a um breve interrogatório, feito pelo chefe do grupo num português correto e com sotaque gaúcho. Ao saber que eram jornalistas e haviam sido informados por um telefonema anônimo, ele saiu do apartamento enquanto os outros ficavam de guarda — em absoluto silêncio. Minutos depois, o chefe retornou, mandou os repórte-

res baixarem as mãos, anotou seus nomes e afirmou que o grupo ficaria no apartamento “até aparecer o cara”. Cunha perguntou qual era o problema. A resposta foi vaga: “É, sabe como é... Estrangeiro no país, essas coisas”.

Os jornalistas, em seguida, tiveram de abandonar o apartamento — e desde então não se teve mais notícias de Lilián Celiberti, de seus filhos Camilo, 7 anos, e Francesca, de 3, e do exilado Universindo Rodríguez Díaz, 29 anos. A militância contra o regime uruguaio faz supor que o casal tenha sido seqüestrado por motivos políticos. Rodríguez Díaz foi um ativo líder da Asociación de Estudiantes de Medicina de Montevideo e, antes de vir para Porto Alegre, estava exilado na Suécia. Lilián Celiberti esteve presa de 1972 a 1974 na penitenciária de Punta Rieles, no Uruguai, acusada de promover agitação entre os professores. Ao sair da prisão, foi para a Itália e fez um curso de *investigaciones sociales* na Universidade de Milão. Constantemente viajava até Genebra, onde mantinha contatos com o ex-senador Wilson Ferreira Aldunate, do proscrito Partido Blanco, e com organismos de defesa dos direitos humanos.

Na semana passada, as autoridades brasileiras mostravam desinformação sobre o seqüestro. “Não participamos disso”, afirmou o superintendente da Polícia Federal em Porto Alegre, Edgar Fuques, “e, se outro órgão tivesse agido, estaríamos sabendo e não ficaríamos procurando a esmo, como estamos.” O que não traz nenhum consolo à mãe de Lilián, dona Lilia Rosas de Celiberti, que viajou de Montevideu para Porto Alegre e pretende, ao menos, encontrar seus netos desaparecidos. ●



A sra. Celiberti e sua filha Lilián